

XII CONGRESO LATINOAMERICANO DE CIENCIA POLÍTICA

17 A 20 DE JULHO DE 2024, ISCTE, LISBOA-PORTUGAL

Panel 3 - América Latina en el Contexto Global II

**Neoliberalismo, Direita Radical e Política Externa: Uma Análise das Reformas
Econômicas em Israel sob o Governo de Benjamin Netanyahu (2009 - 2021)**

Karina Stange Calandrin

IRI – USP

Instituto Brasil-Israel

Resumo

Esta pesquisa propõe uma análise das ramificações das reformas econômicas neoliberais em Israel, destacando o discurso da nova direita e sua influência na política externa do país. O neoliberalismo, caracterizado por princípios como privatização e orçamento equilibrado, emergiu como uma força significativa em Israel a partir dos anos 1980, sendo posteriormente intensificado durante o governo de Benjamin Netanyahu na década de 1990. Benjamin Netanyahu, embora não categorizado explicitamente como um líder populista de extrema-direita, implementou estratégias políticas que compartilham semelhanças com aquelas adotadas por líderes populistas ao redor do globo. Desde 2009, seu mandato como primeiro-ministro israelense tem sido marcado por uma guinada política em direção à direita, destacando-se como uma figura proeminente no contexto da nova direita radical em Israel. A pesquisa busca examinar de forma abrangente como o discurso neoliberal pavimentou o caminho para a ascensão da nova direita israelense, centrando-se não apenas nas reformas econômicas, mas também na caracterização de Netanyahu como um representante significativo dessa nova direita radical, principalmente a partir do seu segundo governo em 2009. Com especial atenção para a política externa, pretende-se analisar como as ações de Netanyahu nesse âmbito oferecem exemplos tangíveis de estratégias populistas no exercício do poder e os impactos decorrentes dessas abordagens na esfera política global. Dessa forma, a pesquisa visa contribuir para uma compreensão mais profunda das interconexões entre o neoliberalismo, a nova direita radical em Israel, e a condução da política externa sob a liderança de Benjamin Netanyahu, destacando o papel desse líder no cenário político internacional e suas implicações no contexto da nova direita.

Palavras-chave: neoliberalismo; direita populista; Israel.

Introdução

O objetivo deste estudo é explorar como as reformas econômicas neoliberais em Israel, implementadas durante os governos de Benjamin Netanyahu, têm influenciado a política interna e externa do país, dando especial atenção ao ressurgimento da nova direita radical. Este estudo analisará como o neoliberalismo, com suas políticas de privatização, desregulamentação e orçamento equilibrado, não só remodelou a economia de Israel, mas também como essas reformas econômicas forneceram o terreno fértil para o discurso da nova direita radical. Especificamente, examinaremos a interseção dessas políticas econômicas com a política externa de Israel, identificando como a ideologia neoliberal e a retórica da nova direita radical influenciaram decisões chave e relações internacionais sob a liderança de Netanyahu desde 2009.

A ascensão global do neoliberalismo como um fenômeno econômico e político tem encontrado ressonância em diversos países, e Israel não é exceção. Desde os anos 1980, mas com um ímpeto renovado durante os anos 1990 e posteriormente no início do século 21, Israel adotou várias políticas neoliberais que impactaram profundamente sua estrutura econômica e social. O retorno de Benjamin Netanyahu ao poder em 2009 marcou uma nova era na política israelense, caracterizada por uma guinada acentuada à direita, alinhada com tendências similares em outras democracias globais.

Diferentes estudiosos, como Katz (2012) e Mizrachi (2018), discutiram como o discurso neoliberal foi estrategicamente utilizado para justificar reformas que favorecem a desregulamentação e a privatização, enfatizando o papel de Israel no mercado global enquanto simultaneamente fortalecia narrativas nacionalistas e exclusivistas, características da nova direita. O caso de Israel se torna peculiarmente interessante ao considerar como essas políticas neoliberais coexistem e interagem com a intensificação de uma ideologia nacionalista, especialmente em relação ao conflito com a Palestina e a política externa mais ampla de Israel.

Através deste estudo, também buscaremos entender melhor como a retórica e as práticas da nova direita radical, que frequentemente enfatizam o nacionalismo e a segurança nacional, têm sido incorporadas na política externa israelense. A nova direita, sob a liderança de Netanyahu, tem promovido uma abordagem mais agressiva e unilateral nas relações internacionais, o que pode ser visto em diversos contextos, como nas negociações com a Palestina, as relações com os Estados Unidos e a posição de Israel em organizações internacionais.

Este estudo se propõe, portanto, a oferecer uma análise abrangente das implicações das políticas neoliberais em Israel, com um enfoque particular nas suas consequências para

a política externa e a estabilidade regional. Ao fazer isso, contribuirá para o debate acadêmico sobre a interação entre economia, política e identidade nacional em contextos de intensa polarização política e econômica.

Dos Estados Unidos à Índia, do Brasil à Hungria, a aparente ascensão do nacionalismo e sua retórica como estratégia efetiva de legitimação política é cada vez mais global. A ascensão de partidos nacionalistas de oposição à liderança nacional certamente aponta para o aumento da eficácia deste discurso. Mais precisamente, vimos partidos e políticos abraçarem o nacionalismo e estratégias políticas como meio de manter (ou aumentar) sua legitimidade frente à população.

A política nacionalista israelense reflete esta tendência de retórica. Em 2011, Avi Dichter, membro do partido Kadima, propôs uma Lei Básica¹: Israel como o Estado-Nação do Povo Judeu, que foi apoiada por apenas 39 dos 120 membros da Knesset² (WOLF, 2011). O projeto de lei declarava que Israel seria o Estado-nação do povo judeu, o hebraico a língua oficial, observância do calendário judaico, o sábado como o dia nacional de descanso e um apelo à cultura e à herança da comunidade judaica. A maioria desses tópicos foi mais ou menos integrado no contexto cultural, se não legal, de Israel devido em grande parte à mobilização da direita política.

O projeto de lei não ganhou apoio real, até que o Primeiro-ministro Benjamin Netanyahu o reviveu em 2014. Embora Netanyahu e o partido Likud tenham proposto uma versão diferente da original, muitos dos pontos principais permaneceram, como a definição de Israel como o Estado-nação do povo judeu e a necessidade de escolas ensinarem a história, cultura e costumes do povo judeu (AVISHAI, 2014). Em uma série de comentários, Netanyahu afirmou que Israel é um Estado democrático e judeu, mas este último simplesmente “[...] não está suficientemente expresso em nossas leis básicas [...]” (NETANYAHU, 2014). Prosseguindo neste ponto, o Primeiro-ministro afirmou ainda que o desequilíbrio entre ser um Estado democrático e judeu tornou-se altamente problemático (LIS, 2014). A pressão de Netanyahu por esse projeto de lei acabou falhando, apenas para ser retomada e arquivada novamente em 2015, até que foi, finalmente, aprovada em 2018 (ISRAEL, 2018).

Em linha com a identidade que reflete a maioria do eleitorado do Likud e de Netanyahu, este projeto de lei serviu como uma forma de legitimação à visão monolítica e excludente de nação, comum à nova direita radical internacional, que busca colidir com uma visão de mundo cosmopolita liderada por movimentos sociais contemporâneos. Argumentamos que essa

¹ Israel não possui uma Constituição formal, apenas Leis Básicas que deveriam servir da base para uma constituição.

² Parlamento de Israel

mudança é resultado direto da incapacidade das elites políticas se manterem no poder através de técnicas tradicionais utilizadas no passado.

Essa tendência é comumente entendida como cada vez mais excludente, anti-imigração e uma reação contra a globalização (NORRIS, 2005). A implicação é que esse movimento é de alguma forma novo ou ressurgente é comum tanto em observações anedóticas populares quanto em trabalhos acadêmicos dedicados a subcampos tal como “neonacionalismo” (GINGRICH; BANKS, 2006). De fato, a impressão que podemos ter é o ressurgimento de uma ideologia política vista como obsoleta frente ao mundo pós-Guerra Fria, em que a cooperação internacional tem se mostrado cada mais frequente e intensa.

Holmes (2000), por exemplo, argumenta que esse aparente ressurgimento é melhor definido como “integralismo” devido às suas características híbridas, notadamente a falta de orientação política tradicional, “esquerda/direita” e distinção de formas mais “cívicas” de nacionalismo devido à sua posição iliberal e reacionária antiglobalização. A emergência do “nacionalismo integral” é uma resposta à integração cultural e política que tipifica a “era da globalização”. A ênfase no 'neo' nas abordagens integralistas é bem-vinda até certo ponto. Existem características distintas da era contemporânea que, no mínimo, diferem das pós-condições nas democracias capitalistas avançadas, particularmente desde 1945.

Para tanto, oferecemos uma estrutura teórica que entende essa forma particular de política nacionalista como uma resposta centrada no Estado aos desafios de legitimação resultantes de mudanças nas condições político-econômicas, especificamente, o declínio das estratégias econômicas protecionistas em face à convergência de políticas neoliberais/orientadas para o mercado e adversidades materiais resultantes (aprofundamento das desigualdades, salários estagnados, aumento do custo de vida, etc.). A mudança da hegemonia do Estado para o mercado reduz a capacidade e a eficácia dos meios protecionistas econômicos estatais para lidar com adversidades materiais persistentes. Como tal, os atores estatais buscam meios alternativos para manter/obter autoridade legítima; no entanto, esses meios são comumente enraizados nas respectivas populações nacionais conhecidas. Como tal, a retórica nacionalista já existente e os símbolos culturais nacionais são revividos como um meio de se conectar com eleitorados e contornar as demandas protecionistas econômicas.

A relevância deste tema reside na necessidade de compreender as implicações das reformas econômicas neoliberais e o papel do discurso neoliberal na política israelense, especialmente no contexto do conflito com a Palestina. O conflito israelense-palestino é uma questão de importância global, com repercussões tanto na região como além dela. A compreensão de como as políticas econômicas baseadas no neoliberalismo afetam essa situação é fundamental para uma análise abrangente da dinâmica do conflito e de suas possíveis soluções. Além disso, o estudo contribui para o debate acadêmico sobre o

neoliberalismo, ao fornecer insights sobre os desafios e as consequências desse modelo econômico em contextos políticos complexos, particularmente em relação a conflitos territoriais e questões geopolíticas.

Examinamos o caso do nacionalismo israelense como uma forma de ilustrar tanto as raízes históricas das definições singulares da identidade nacional israelense, como as mudanças nas condições político-econômicas em Israel que promoveram o declínio do sionismo trabalhista, e a ascensão de um Israel nitidamente neoliberal, além de examinar as condições contemporâneas de adversidade econômica que criam desafios legítimos aos atores políticos israelenses. Concluímos com uma discussão de como o caso de Israel reflete outros Estados liberalizantes, inserindo Israel, e mais especificamente Benjamin Netanyahu, na direita radical populista contemporânea internacional e destacamos como o aprofundamento do liberalismo econômico provavelmente resultará na intensificação sustentada de definições monolíticas de identidade nacional e colocará desafios à inclusão e integração no futuro.

1. Neoliberalismo e a Direita Radical Populista

A integração do nacionalismo como mecanismo de legitimação política certamente não é novidade e coincide com a emergência do nacionalismo contemporâneo (GELLNER, 1983; MCCRONE, 1998). Embora haja um debate sobre o surgimento do nacionalismo e sua relação com o Estado, nossa preocupação está voltada para a integração estratégica do nacionalismo para legitimar políticas e práticas estatais.

Simplificando, a maneira na qual a política nacionalista é integrada nas estratégias de legitimação de política seria influenciada pelo contexto dominante e pelas condições do capitalismo nas respectivas localidades nacionais. Entendemos que a política nacionalista é proposital e utilizada como estratégia de forma a legitimar a autoridade política de atores sejam eles da situação ou oposição. Argumentamos também que tal legitimação é relacional e dependente de condições estruturais dominantes que criam discursos (no sentido mais amplo do termo), oportunidades e restringem os outros (WATERS, BLAD, 2017).

Assim, compreender como o contexto político-econômico aumenta ou inibe determinadas formas de retórica nacionalista e como a política nacionalista desempenha um papel na legitimação desse contexto é de suma importância. Para esse fim, não estamos confundindo os respectivos Estados com nações comensuráveis, em vez disso, estamos tentando entender como as definições específicas de identidade nacional (a) são passíveis de paradigmas políticos econômicos específicos e (b) são usados para legitimar a intervenção estatal em instituições.

Smith (1995) faz uma análise semelhante de forma a integrar o contexto político em estudos sobre a relação entre conflitos étnicos e o nacionalismo. No entanto, ele faz em uma

tentativa explícita de se afastar das tendências modernistas que enfatizam o contexto econômico como fator causal. Sua afirmação de que “[...] nacionalismos étnicos geralmente não estão correlacionados a tendências econômicas [...]” (p.73, tradução nossa) é interessante, mas restritiva. Se entendermos que a política nacionalista funciona como um mecanismo de legitimação de políticas para instituições estatais e instituições estatais funcionam como mecanismos de legitimação ao capitalismo, através da dupla promoção da acumulação de capital e a mitigação das adversidades resultantes da desigualdade material necessária (PRZEWORSKI, 1985; HARVEY, 2010), então o contexto político da política nacionalista deve ser entendido dentro do contexto mais amplo de estruturas capitalistas.

Tendências sistêmicas em direção a desigualdades (PIKETTY, 2014; LOWI, 2005) criam problemas distintos na geração de apoio popular daqueles do lado oposto da desigualdade material. Este aspecto se mostra particularmente verdadeiro durante os períodos de liberalização da economia, à medida que a regulamentação e outras formas de protecionismo econômico diminuem, adversidades materiais entre as respectivas populações nacionais aumentam (DAS, MOHAPATRA, 2003; STIGLITZ, 2000).

O capitalismo há muito depende de instituições estatais para administrar e mitigar os efeitos da desigualdade e manter sua legitimidade ideológica. Os atores estatais que são entendidos como criadores ou protetores de amplos benefícios econômicos para as respectivas populações nacionais recebem maior legitimidade, aqueles que não são, não.

A questão-chave então se torna: como a autoridade política centrada no Estado pode manter legitimação face ao domínio neoliberal? De muitas maneiras, parece que a política, em geral, está enfrentando uma crise de legitimidade. Desafios para os partidos políticos tradicionais parecem prevalecer, assim como a proliferação de grupos extremistas e atores/organizações autodenominados apolíticos.

No entanto, parece que diante de evidências analíticas claras que sustentam as instituições estatais, a questão da autoridade “tradicional” parece em baixa, seja no contexto da globalização (WEISS, 1998) ou no aprofundamento do neoliberalismo (PLANT, 2010). Embora as reformas neoliberais tenham diminuído o papel do Estado, desde a descentralização até a abdicação absoluta de regulamentação, também vemos que o Estado ainda é uma instituição necessária.

Os efeitos transformadores da globalização econômica espelham os do capitalismo liberal: expansão da acumulação de capital e exacerbação das adversidades resultantes do agravamento das desigualdades socioeconômicas. Barrow (2005) explica que os Estados são os “[...] principais agentes da globalização [...]” (p.123, tradução nossa), o que reforça seu argumento de que sem o apoio de instituições estatais a globalização seria incapaz de se sustentar. Neste contexto neoliberal, entidades políticas estão se voltando cada vez mais para

estratégias alternativas de legitimação à medida que os meios econômicos tradicionais definham.

Argumentamos que essa lacuna de legitimação é cada vez mais contornada por meio da integração de práticas e retóricas políticas nacionalistas da direita radical contemporânea (CASTELLS, 2004; PIVEN, 1995), mas como uma estratégia intencional de legitimação no contexto restritivo resultante da integração neoliberal. Como tal, a imbricação do nacionalismo como legitimação política torna-se uma importante alternativa estratégica ao protecionismo econômico, e que pode ser facilmente adaptada para ser passível de pré-requisitos neoliberais.

O nacionalismo certamente desempenhou um papel central na história desse processo mais longo de construção política, mas é a relação entre a legitimação política estratégica e o projeto de criação de um contexto neoliberal normativo que destaca o papel que a política nacionalista desempenha na era contemporânea. A utilidade de uma respectiva definição cultural nacional é dependente dessa conexão com um passado comum; no entanto, esse nacionalismo não está imune a mudanças sutis que refletem demandas estruturais influentes.

Perspectivas neonacionalistas enfatizam a influência de tal mudança estrutural, ou seja, integração capitalista global (HOLMES, 2000). Em suma, o neonacionalismo é uma reação a várias mudanças sociopolíticas provocadas por iniciativas de globalização (EGER, VALDEZ, 2015; GINGRICH, BANKS, 2006; PAQUIN, 2002).

Embora apreciemos a atenção às condições da integração capitalista global que pode levar à mobilização política popular, também argumentamos que as restrições conceituais das abordagens neonacionalistas da direita radical distorcem nossa compreensão da política nacionalista ressurgente e cada vez mais exclusiva para ações populistas. Esse viés dificulta a compreensão de como as políticas nacionalistas também foram integradas como mecanismos de legitimação em apoio aos partidos políticos tradicionais, bem como reforça os esforços para aprofundar a neoliberalização. Sugerimos estreitar o foco no papel percebido do Estado como protetor da segurança econômica nas sociedades capitalistas avançadas.

Com base nessas suposições teóricas, podemos postular o seguinte. Primeiro, à medida que as entidades políticas adotam o neoliberalismo, a capacidade de obter autoridade legítima por meio de reivindicações de protecionismo econômico torna-se menos viável. Apesar das reivindicações neoliberais de um eventual equilíbrio do mercado, os efeitos de reformas neoliberais exacerbam as desigualdades, mantêm a estagnação salarial e reduzem o papel/escopo do Estado na economia e na prestação de serviços sociais. Essas adversidades limitam a capacidade dos atores políticos neoliberais de convencer os constituintes legitimadores do potencial protecionista do capitalismo de mercado desregulado. Tal foi o caso do sionismo trabalhista em Israel. Dado o contexto keynesiano/fordista dominante do período pós-guerra, essa forma de nacionalismo israelense foi usada para

legitimar proteções comerciais relativamente fortes e políticas de desenvolvimento keynesianas até a década de 1970. A mudança paradigmática da economia keynesiana do lado da demanda para o domínio monetarista do lado da oferta do neoliberalismo removeria essa interpretação protecionista e coletivista da política nacionalista israelense (WATERS, BLAD, 2017).

Em segundo lugar, devemos esperar que as estratégias de legitimação reflitam essa guinada neoliberal, tanto em termos de legitimar respostas reacionárias às “condições da globalização” (como é evidente na nova extrema direita), mas também em relação aos atores políticos neoliberais. O discurso simbólico nacionalista passa a ser uma associação construída à medida que os atores políticos neoliberais buscam meios alternativos de autoridade legítima. A política nacionalista provou ser passível de objetivos neoliberais em termos de articular uma identidade típica ideal específica, individualista, empreendedora e não dependente do Estado. Desta forma, os atores políticos neoliberais podem envolver as estruturas ideológicas na política nacionalista, afastando o contexto de legitimação (pelo menos retoricamente) de alternativas protecionistas econômicas.

Tendências recentes na política israelense refletiram essas tendências teóricas: afastar-se de definições inclusivas e coletivas de cultura/identidade nacional para enfatizar características mais individualistas e exclusivas. Como resultado, a ausência de alternativas econômicas de maior intervenção do Estado na economia deixou esses grupos da direita politicamente marginalizados, principalmente com o aumento da dívida e o aumento dos custos de moradia. Nossa intenção é ilustrar a influência causal do contexto político-econômico paradigmático no fortalecimento da direita na neoliberalização de Israel.

2. O neoliberalismo e nacionalismo em Israel

O neoliberalismo é um conjunto de princípios programáticos que influenciaram a teoria econômica e a visão de mundo ideológica nas últimas décadas. Entre esses princípios, destacam-se a privatização, o orçamento equilibrado e a "nova gestão pública".

No contexto do sionismo e da formação do Estado de Israel, o debate sobre a ordem econômica sempre ocupou uma posição central. A economia dirigida pelo Estado foi uma característica marcante da construção do Estado de Israel, com instituições pré-estatais desempenhando um papel significativo na economia. Essa centralidade do Estado na economia estava intrinsecamente ligada aos ideais socialistas e ao objetivo de estabelecer uma sociedade igualitária e justa. No entanto, ao longo do tempo, surgiram demandas de liberalização econômica, desafiando a supremacia do Estado na economia israelense. Essas demandas foram impulsionadas por mudanças econômicas e políticas globais, bem como pelo desejo de se adaptar às novas realidades da economia globalizada. O debate sobre a

ordem econômica em Israel reflete, portanto, as tensões entre os ideais socialistas iniciais e as pressões para se ajustar a uma economia mais liberalizada.

A integração de Israel à onda neoliberal internacional pode ser observada através das políticas econômicas adotadas, que foram influenciadas por países como Estados Unidos e Reino Unido. Esses países foram pioneiros na implementação de políticas econômicas neoliberais e serviram de referência para outros países ao redor do mundo. A adesão de Israel ao neoliberalismo também foi impulsionada pela necessidade de se adaptar às mudanças econômicas globais, buscar maior eficiência econômica e aumentar a competitividade internacional. A partir da década de 1980 e 1990, Israel se alinhou às tendências econômicas neoliberais, promovendo a abertura econômica, a liberalização dos mercados e a redução da intervenção estatal na economia. A influência desses países e a adesão de Israel ao neoliberalismo tiveram impactos significativos na estrutura econômica do país e nas políticas adotadas.

Economistas políticos discordam sobre as razões para mudanças de paradigma, como a ascensão do keynesianismo entre guerras e pós-guerra, ou as transformações neoliberais durante os anos 1980. Alguns atribuem grandes mudanças políticas a desenvolvimentos institucionais estatais, processos políticos domésticos ou ao surgimento de novas ideias, outros insistem que as mudanças de paradigma são o resultado direto de uma mudança no equilíbrio do poder de classe. Ainda atualmente, continua o argumento de classe, a financeirização e a globalização do capital, por um lado, e o declínio do trabalho organizado, por outro, que contribuíram para a transição de uma economia com alta participação do Estado para a política neoliberal.

Em Israel, como em outros lugares, alguns acadêmicos explicaram a ascensão do neoliberalismo por imperativos econômicos globais associados a interesses capitalistas e o poder de compensação amplamente corroído de sindicatos e partidos social-democratas (SHAFIR, PELED, 2002; RAM, 2008). O equívoco predominante sobre o papel do Partido Trabalhista atribui a virada neoliberal à convulsão política de 1977, quando o Partido Likud formou a coalizão governamental pela primeira vez. O vilão dessa narrativa é Benjamin Netanyahu, que liderou o Likud durante a maior parte das últimas duas décadas e foi creditado por consolidar o fim da social-democracia israelense (GUTWEIN, 2010).

Essa interpretação errônea reflete o argumento de Shimon Peres em novembro de 2005, depois de dividir o Partido Trabalhista formando um novo partido de centro, quando acusou Netanyahu, então ministro das Finanças e líder do Likud, de liderar a transição de Israel para um capitalismo selvagem. Mas embora Netanyahu tenha sido de fato um importante protagonista e articulador de imagens e retórica neoliberais, suas políticas foram adotadas

dentro de uma economia política já liberalizada, na qual a *Histadrut*³ perdeu seu poder de veto e os burocratas econômicos seniores do estado passaram a dominar a formulação de políticas domésticas (MARON, SHALEV, 2017). Foram as mudanças estruturais e institucionais anteriores, forjadas em grande parte pelos líderes políticos do Partido Trabalhista, que possibilitaram a Netanyahu propagar o que Ben-Porat (2005) caracterizou como uma ideologia distintamente neoconservadora. De fato, como veremos, em 1985 ninguém menos que Shimon Peres (Primeiro-ministro de Israel entre 1984 e 1986 e Ministro das Finanças de 1988 a 1990) desempenhou um papel fundamental na implementação de um Plano de Estabilização destinado não apenas a deter a hiperinflação, mas também a liberalizar fundamentalmente a economia política.

As tendências keynesianas e coletivas inerentes ao sionismo trabalhista foram baseadas em uma ampla distribuição de benefícios econômicos. A neoliberalização trabalhou para reconcentrar o capital com o propósito de promover a acumulação/crescimento acelerado do capital (HARVEY, 2005; STIGLITZ, 2000). A reconcentração do capital financeiro que resulta das reformas de liberalização não apenas redistribuiu o capital para cima, mas também exacerbou as desigualdades capitalistas existentes. Dito de outra forma, a neoliberalização aprofunda as desigualdades materiais existentes e restringe o crescimento da renda dos grupos socioeconômicos médios e baixos.

Durante o governo de Benjamin Netanyahu, as reformas neoliberais foram intensificadas em Israel, tornando-se uma característica marcante da política econômica do país. Netanyahu implementou uma série de medidas que buscavam liberalizar ainda mais a economia, reduzir o tamanho do Estado e flexibilizar as regulamentações. Essas reformas tinham como objetivo aumentar a competitividade econômica, atrair investimentos estrangeiros e promover o crescimento econômico. Além disso, essas reformas também se tornaram elementos centrais no discurso político de Netanyahu e do governo, incluindo o conflito com a Palestina. Através de um discurso que enfatizava a importância da economia, do livre mercado e do empreendedorismo, Netanyahu justificava suas políticas econômicas neoliberais e estabelecia conexões entre a prosperidade econômica e a resolução do conflito com a Palestina. As ações de Netanyahu no campo da política externa e seu discurso neoliberal têm implicações significativas para a arena política global, evidenciando como os líderes populistas operam uma vez no poder e os efeitos que tais ações podem ter em nível nacional e internacional.

Apesar de ser uma tendência global, com um movimento semelhante ocorrendo na maioria das economias do mundo, o caminho de Israel para o neoliberalismo teve suas características únicas. A partir da década de 2000, a virada neoliberal tornou-se

³ Sindicato central dos trabalhadores israelenses.

particularmente intensa, culminando em um aumento sem precedentes dos níveis de pobreza e desigualdade, que figuram entre os mais altos da OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico). A pesquisa mostra que durante a década de 2000 as taxas de pobreza e desigualdade em Israel aumentaram e são muito altas em comparação com outros países desenvolvidos (BEN-DAVID, BLEIKH, 2013). Em julho de 2011, a insatisfação social atingiu um ápice, e os israelenses saíram às ruas em uma grande onda de protestos (ROSENHEK, SHALEV, 2013).

Uma explicação é que Israel adotou as “melhores práticas” políticas de países desenvolvidos que foram justificadas com base nas principais teorias econômicas e promovidas por economistas e instituições internacionais (RAZIN, 2018). No entanto, essa explicação só seria aplicável à primeira década da virada neoliberal de Israel, de 1985 a meados dos anos 1990. Durante esse período, economistas apoiaram os tomadores de decisão quase incondicionalmente (KRAMPF, 2018). Desde o início dos anos 2000, no entanto, o discurso econômico em Israel tem sido tomado por controvérsias, com debates sobre as políticas do governo entre os economistas, tanto no mundo acadêmico quanto no serviço público (ZILBERFARB, 2005; BEN-BASSAT, 2002).

Outra explicação é que Israel adotou ideologias neoliberais e neoconservadoras, importadas dos Estados Unidos, devido à pressão política e econômica externa (SVIRSKI, 2006; RAM, 2006; FILC, 2006; MAMAN; ROSENHEK, 2011). De fato, há uma base histórica para a alegação de que o Plano de Estabilização Econômica de 1985, que iniciou a virada neoliberal, foi um produto da influência estadunidense (CALANDRIN, MIZRAHI, 2022). Além disso, há evidências de que desde a década de 1990 e especialmente no início dos anos 2000, Benjamin Netanyahu, como Ministro das Finanças e Primeiro-ministro, desempenhou um papel de liderança na introdução de políticas neoliberais, muitas vezes justificadas pela ideologia neoconservadora (BEN-PORAT, YUVAL, 2007).

No entanto, a explicação ideológica é prejudicada pela tensão entre os valores liberais que legitimam um regime neoliberal e a visão de mundo da direita política, que foi instrumental na formação do regime neoliberal em Israel (RAM, 2000; BEN-PORAT, YUVAL, 2007). Por que um governo de direita defenderia políticas liberais? Além disso, uma ideologia importada pode explicar as mudanças profundas que a economia israelense sofreu naqueles anos? Mesmo que as ideias neoconservadoras ajudassem a moldar o regime doméstico seria preciso identificar os interesses locais subjacentes a que essas ideias serviram para explicar como se enraizaram em Israel.

Outra explicação popular para a adoção do neoliberalismo em Israel são os interesses de um pequeno número de atores poderosos do setor privado que cultivavam vínculos com o governo (MAMAN, 2004; MAMAN, ROSENHEK, 2012). Como o maior beneficiário da

privatização e globalização da economia israelense é supostamente o setor privado, este setor pressionou por mudanças. Mas esta explicação sozinha também não é satisfatória.

A história econômica de Israel demonstra que as mudanças estruturais na economia foram iniciadas primeiro e principalmente pelo Estado, que concedeu benefícios ao setor privado para que este não ficasse no caminho do governo, mas sim unisse forças com ele (SHALEV, 1998; MAMAN, ROSENHEK, 2012; KRAMPF, 2018). Além disso, o setor privado não é um bloco uniforme, mas uma mistura de interesses conflitantes: enquanto o setor de alta tecnologia e os exportadores se beneficiam do atual sistema econômico, muitas indústrias e serviços são afetados adversamente e buscam mudá-lo.

As várias explicações oferecidas aqui são importantes para entender por que o modelo neoliberal se enraizou em Israel, mas não fornecem um quadro completo do processo histórico. O que está faltando é levar em consideração a ligação entre o neoliberalismo e a política externa agressiva dos governos israelenses de direita, que afeta o conflito com os palestinos.

Após o assassinato de Yitzhak Rabin em 1995, o colapso do processo de paz de Oslo e a ascensão da direita política, as estratégias de política externa e de segurança de Israel foram reformuladas. Este artigo argumenta que a postura agressiva dos governos de direita de Benjamin Netanyahu em Israel foram o incentivo para abraçar um tipo específico de modelo neoliberal, muito próximo à extrema direita populista internacional (KRAMPF, 2018).

O argumento a favor do neoliberalismo da direita populista é duplo. Uma justificativa, que frequentemente surge no discurso público, é que medidas radicais devem ser tomadas para fortalecer a resiliência geopolítica e econômica de Israel em meio às ameaças à segurança. De acordo com essa visão, o modelo fornece a Israel a capacidade de resistir a períodos de guerra e crise. Dentro desta concepção níveis mais altos de desigualdade e a pobreza são percebidas como sendo o custo das condições de segurança de Israel.

O segundo incentivo, que completa o primeiro e raramente é citado nos estudos ou no discurso público, é que o modelo neoliberal da direita é projetado para reduzir a dependência econômica de Israel de agentes externos, em primeiro lugar, os Estados Unidos e, em menor grau, os países europeus, por razões políticas. Reduzir a dependência de Israel da ajuda externa significa que os governos estrangeiros terão menos poder para influenciar as decisões políticas de Israel em questões como negociações de paz ou a maneira como Israel lida com os territórios palestinos ocupados.

Por fim, como argumentamos inicialmente, o crescimento do discurso nacionalista de extrema direita em Israel possui um duplo movimento: primeiramente legitimar a política do Estado que não pode intervir na economia, uma vez que adota o discurso neoliberal; e em segundo lugar, legitimar políticas mais duras e violentas contra os palestinos na Cisjordânia e, principalmente, em Gaza.

3. Neoliberalismo de Direita em Israel

O impacto das reformas econômicas neoliberais no conflito com a Palestina envolve uma série de aspectos políticos, sociais e econômicos que devem ser analisados de forma abrangente. Em termos políticos, a implementação das políticas neoliberais em Israel resultou em uma maior polarização entre grupos políticos, alimentando o discurso de direita e fortalecendo a posição dos partidos conservadores. Isso teve implicações diretas no conflito com a Palestina, uma vez que a nova direita israelense tende a adotar posições mais inflexíveis e favoráveis à manutenção de territórios ocupados.

Em termos sociais, as reformas neoliberais impactaram a sociedade israelense de maneiras diversas. Por um lado, houve um aumento significativo da desigualdade social, com uma parcela da população israelense se beneficiando das políticas de privatização e liberalização econômica, enquanto outras camadas sociais enfrentaram maiores dificuldades socioeconômicas (HARVEY, 2007). Essa desigualdade pode ter contribuído para tensões internas e insatisfação social, que podem se manifestar no contexto do conflito com a Palestina.

Além disso, o discurso neoliberal foi hábil em conectar questões econômicas com a questão do conflito com a Palestina. A ideia de que o crescimento econômico e a estabilidade financeira são fundamentais para a segurança nacional e a manutenção de territórios ocupados ganhou força no discurso da nova direita. Acredita-se que a retórica neoliberal tenha contribuído para a formação de uma visão política mais conservadora em relação ao conflito, reforçando a necessidade de uma abordagem mais dura e menos conciliatória.

A trajetória da economia israelense pode ser lida como uma história de sucesso. No ano de 2014, o superávit em conta corrente de Israel ultrapassou US\$ 10 bilhões, demonstrando que Israel passou de um país com déficit para um país superavitário, a partir de 2003 (KRAMPF, 2018). Na terminologia dos formuladores de políticas israelenses, o Estado alcançou a independência econômica. Depois que o Estado foi estabelecido, Israel passou a depender do apoio financeiro estrangeiro, inicialmente da Alemanha Ocidental e depois dos Estados Unidos.

O segundo indicador que indica o sucesso econômico de Israel é a dívida externa: em 2013, a dívida externa de Israel caiu para menos de 10% do PIB, um feito notável, visto que era de 80% em 1985 (ibidem). A dívida externa baixa não é apenas uma conquista econômica, mas também política, pois diminui a exposição do Estado a choques geopolíticos e econômicos globais incontroláveis, reduz os custos de gestão da dívida pública e enfraquece a capacidade dos atores externos de influenciar a tomada de decisão política doméstica.

Em terceiro lugar, em 2017, as reservas cambiais mantidas pelo Banco de Israel ultrapassaram US\$ 100 bilhões (BOL, 2017). Quanto maior o nível de reservas de uma nação,

maior sua capacidade de enfrentar choques econômicos externos, bem como problemas políticos internos. Além disso, manter um alto nível de reserva cambial é percebido como um bom mecanismo de segurança no caso de crises financeiras imprevistas.

Estudiosos liberais clássicos, bem como estudiosos neoliberais em Relações Internacionais, compartilham a visão de que as práticas de mercado são baseadas em princípios liberais de governo domesticamente e em visões de mundo internacionalistas e cooperativas externamente (KEOHANE, 2005; SMITH, 1981). A visão internacionalista dos mercados livres manifestou-se em obras como *O Fim da História e o Último Homem* de Francis Fukuyama (1989), e *O Lexus e a Oliveira* de Thomas Friedman (1999), bem como em discursos veiculados por instituições financeiras internacionais, como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial durante a década de 1990.

A concepção liberal internacionalista dos mercados opunha-se às práticas de intervenção do Estado na economia doméstica, movidas por sentimentos nacionais ou pelo poder de grupos de interesse. De uma perspectiva liberal, essa abordagem política foi chamada pejorativamente de nacionalismo econômico.

Essa visão dicotômica de internacionalismo de mercado liberal versus nacionalismo estatal foi contestada recentemente por estudiosos que apresentam um quadro mais complexo da relação entre políticas econômicas, liberalismo e nacionalismo. David Harvey (2005), em seu livro sobre o regime neoliberal, sublinha com razão a tensão entre o credo liberal, baseado no liberalismo clássico, e as práticas do Estado neoliberal:

[...] o Estado neoliberal precisa de um certo tipo de nacionalismo para sobreviver. Forçado a atuar como agente competitivo no mercado mundial e buscando estabelecer o melhor clima de negócios possível, mobiliza o nacionalismo em seu esforço de sucesso [...] (HARVEY, 2005, p. 85, tradução nossa).

Por exemplo, ele aponta que o esforço sindical de Margaret Thatcher foi facilitado pela Guerra das Malvinas: “[...] foi apenas jogando a carta do nacionalismo na guerra das Malvinas e, ainda mais significativamente, na campanha contra a integração econômica com a Europa, que ela poderia ganhar a reeleição e promover mais reformas neoliberais internamente [...]” (ibid., p. 77, tradução nossa). Eric Helleiner, em sua série de publicações sobre as ligações entre políticas econômicas e nacionalismo, argumenta, ao contrário da visão tradicional, que o nacionalismo econômico “[...] pode ser associado a uma ampla gama de projetos políticos, incluindo o endosso de políticas econômicas liberais[...]” (2002, p. 307, tradução nossa).

Com base nessa conceituação, faz sentido dividir o período neoliberal em Israel, de 1985 até o presente, em dois subperíodos. Durante o primeiro subperíodo, de 1985 a 1995, a transição para o neoliberalismo foi enquadrada com base em uma visão política internacionalista e mais conciliatória no que tange o conflito com a Palestina. Foi durante este período que os acordos de Oslo (1993) foram assinados. Este enquadramento da política

econômica esteve associado à intensificação do processo de paz e à percepção dos decisores políticos israelenses quanto a uma transição mais ampla das condições geopolíticas no Oriente Médio. O pressuposto subjacente que guiava a visão neoliberal internacionalista era que a transição econômica de Israel não apenas tornaria a economia mais eficiente, mas também abriria caminho para um Oriente Médio mais pacífico, baseado na cooperação e interdependência econômica internacional e regional.

A ligação entre mercados liberalizados e uma percepção conciliatória das questões de segurança foi incorporada na visão política de Shimon Peres, a figura política que desempenhou um papel fundamental na realização da visão neoliberal internacionalista. Peres, um dos mentores do Plano de Estabilização, considerava o Plano um elemento central na sua visão geopolítica, encapsulada na noção de Novo Oriente Médio (PERES, 1993). Não se pode deixar de notar que Peres se inspirou no processo de integração europeia, no qual os mercados livres foram endossados como um mecanismo de pacificação regional: “Em última análise, o Oriente Médio se unirá em um mercado comum – depois que alcançarmos a paz. E a própria existência desse mercado comum fomentará interesses vitais na manutenção da paz no longo prazo.” (PERES, 1993, p. 99, tradução nossa).

Ben Porat (2005) descreve o livro de Peres como um “[...] projeto para o futuro da região baseado na racionalidade econômica, paz, democracia, cooperação, ganhos mútuos e prosperidade [...]” (p.39, tradução nossa). O Oriente Médio, segundo a visão de Peres, argumenta Ben Porat (2005), precisa escolher entre paz, integração e progresso e conflitos e atraso contínuos. A ligação entre interesses econômicos e de segurança nacional também se baseava no interesse do setor privado israelense, que se esperava se beneficiar da realização da visão do Novo Oriente Médio. Também foi apoiado pelas elites intelectuais e profissionais israelenses (KEREN, 1994). A cooperação econômica e o desenvolvimento econômico da Autoridade Palestina eram (supostamente) um elemento essencial na agenda política do Novo Oriente Médio.

A agenda neoliberal internacionalista se manifestou no “Protocolo de Paris” assinado em abril de 1993 entre Israel e a Autoridade Palestina, que especificava que

As duas partes veem o domínio econômico como uma das pedras angulares em suas relações mútuas com vistas a aumentar seus interesses na conquista de uma paz justa, duradoura e abrangente [...] (ACORDO GAZA-JERICÓ, 1994, tradução nossa)

A era do neoliberalismo internacionalista terminou com o assassinato do primeiro-ministro Yitzhak Rabin em 4 de novembro de 1995. Após o assassinato de Rabin, o Partido Trabalhista foi derrotado pelo Likud sob a liderança de Netanyahu. Netanyahu foi Primeiro-ministro de 1996 a 1999, foi reeleito em 2009 e permaneceu ininterruptamente no cargo até 2021, com um breve hiato entre 2021 e 2022, até retornar ao cargo em dezembro de 2022. Entre 2003 e 2005, Netanyahu atuou como Ministro das Finanças. Apesar de sua posição

agressiva de segurança nacional, Netanyahu não tentou atrasar a liberalização e a globalização. Pelo contrário, o oposto provou ser verdadeiro: ele levou o processo adiante.

Ben Porat (2005) descreve a ideologia de Netanyahu como neoconservadorismo. Netanyahu, argumenta o autor, importou a ideologia neoconservadora para Israel e “[...] portanto, a ligação estabelecida anteriormente entre paz, liberalização econômica e crescimento econômico foi, pelo menos temporariamente, suspensa [...]” (p. 239, tradução nossa). Nos Estados Unidos, o neoconservadorismo é definido como uma mistura de individualismo na forma de virtudes cívicas e uma forma específica de nacionalismo e patriotismo. Enquanto os neoconservadores defendem a economia de mercado, eles não legitimam as práticas de mercado com base na liberdade individual como fazem os liberais clássicos. Em termos de política externa, defendem a manutenção da posição hegemônica dos Estados Unidos e a promoção ativa da democracia no mundo (HARMES, 2012).

Enquanto a maioria do público israelense não está satisfeita com a estratégia política neoliberal, a priorização de questões de segurança nacional o impede de expressar sua insatisfação nas pesquisas. Uma pesquisa realizada em 2014 pelo Instituto Democrático de Israel (IDI) demonstra esse ponto. A pesquisa constatou que a maioria da sociedade israelense, 65%, acreditava que as condições socioeconômicas em Israel justificavam um protesto social (HERMAN, 2014). Quando os entrevistados foram solicitados a priorizar objetivos políticos específicos que consideravam mais urgentes, a maioria deles votou em minimizar as lacunas socioeconômicas (19,6%). O segundo objetivo prioritário esteve também associado a questões socioeconômicas: apoio financeiro a jovens cidadãos para a compra de um apartamento. Apenas uma minoria votou pela priorização dos objetivos de segurança nacional.

Essas descobertas refletem o alto nível de descontentamento socioeconômico público. Por que, então, o descontentamento não se traduz em mudança política? Indo mais fundo na pesquisa, encontra-se uma explicação para a situação intrigante. Quando os entrevistados foram solicitados a especificar como acreditam que o governo deveria lidar com suas questões de segurança nacional, um quinto dos entrevistados, 20,4%, votou a favor do fortalecimento da capacidade militar israelense. Outro quinto, 18,3%, escolheu melhorar a imagem e a posição internacional de Israel. Quase 14% votaram pela eliminação do plano nuclear do Irã e 6,7% pela minimização da dependência de Israel dos Estados Unidos (ibidem). Ou seja, quando os entrevistados são questionados sobre questões socioeconômicas versus questões de segurança nacional, eles priorizam as primeiras. No entanto, ao mesmo tempo, quase dois terços dos entrevistados apoiam uma política de segurança nacional mais agressiva da direita, que, argumenta-se aqui, é inconsistente com uma estratégia socioeconômica com um resultado distributivo mais benigno para a sociedade.

Aqui é onde reside o cerne da questão: há uma ligação entre uma política de segurança nacional agressiva e a forma predominante de política neoliberal. Uma vez que o governo tenha feito a escolha de segurança nacional para adotar uma posição agressiva, ele restringe seu espaço de política econômica. Isso contrasta com o regime neoliberal internacionalista, que oferece aos governos um espaço de política econômica mais amplo.

Entre 1985 e 1996, os tomadores de decisão, particularmente Peres e Rabin, seguiram uma visão político-econômica neoliberal internacionalista e conciliadora do ponto de vista da segurança, segundo a qual a liberalização econômica, aliada à promoção de um processo de paz, traria Israel a um modelo de crescimento sustentável, baseado em níveis mais baixos de gastos militares (em comparação com a década de 1970) e abertura econômica. No entanto, essa visão desmoronou na década de 1990. Desde a Segunda Intifada, que eclodiu durante a implementação dos Acordos de Oslo, a percepção arraigada tanto na mente da opinião pública quanto entre os tomadores de decisão era de que Israel estaria condenado a uma luta constante para sobreviver em uma região instável e hostil. Em tais condições, uma segurança nacional agressiva não seria uma escolha política, mas uma necessidade. Portanto, apesar do fato de que a maioria do público está descontente com a situação socioeconômica, a estabilidade desta última é garantida pelo apoio público a uma abordagem agressiva de segurança, priorizando a segurança nacional sobre as questões socioeconômicas.

Considerações Finais

Neste artigo, realizamos uma análise aprofundada das consequências das reformas econômicas neoliberais em Israel, examinando como estas se entrelaçam com a ascensão da nova direita e afetam a política externa sob o governo de Benjamin Netanyahu. Iniciamos com uma revisão detalhada dos princípios do neoliberalismo, como privatização, orçamento equilibrado, e a "nova gestão pública", e exploramos como essas ideias se conectam com a ideologia e a prática política em Israel.

Ao longo do estudo, destacamos como as reformas de Netanyahu não apenas transformaram a economia, mas também como reforçaram uma política externa mais assertiva e alinhada com movimentos de direita radical global. Estas reformas, que incluem a intensificação de políticas neoliberais e a adoção de uma retórica nacionalista, ressaltam a complexa relação entre economia e identidade nacional em um contexto de crescentes tensões geopolíticas.

Discutimos também as táticas políticas adotadas por Netanyahu, que demonstram afinidades com as estratégias de outros líderes populistas globais. A combinação de neoliberalismo com uma retórica nacionalista radical tem redefinido as políticas internas e externas de Israel, criando uma dinâmica que fomenta tanto o apoio doméstico quanto desafios significativos no cenário internacional.

Uma das principais implicações deste estudo é o reconhecimento de que os desafios socioeconômicos em Israel são multifacetados, derivando tanto das políticas econômicas quanto do uso estratégico da retórica nacionalista. Esta análise sugere que a sociedade israelense enfrenta desafios econômicos e sociais agravados pelo esforço em sustentar uma política externa agressiva e uma postura ideológica que promove uma visão monolítica da identidade nacional.

Reconhecemos também algumas limitações deste estudo, como o foco em um único período político sob a liderança de Netanyahu. Pesquisas futuras poderiam expandir a análise para incluir outras lideranças políticas e períodos, permitindo uma compreensão mais rica das contínuas transformações políticas e econômicas em Israel. Além disso, um estudo mais aprofundado sobre as implicações sociais das reformas neoliberais, incluindo as crescentes desigualdades sociais e econômicas, enriqueceria ainda mais nossa compreensão.

Finalmente, uma análise comparativa entre Israel e outros países que adotaram políticas neoliberais poderia oferecer novas perspectivas sobre os efeitos globais e locais dessas reformas. Espera-se que este estudo inspire pesquisas futuras e contribua para debates acadêmicos mais amplos sobre o impacto do neoliberalismo e da política de direita radical no mundo contemporâneo.

Referências

- AVISHAI, B. Netanyahu's Inflammatory New Bill. 2014. *The New Yorker*. Disponível em <<http://www.newyorker.com/news/news-desk/netanyahus-nation-state>>. Acesso em 20 jun. de 2023.
- BARROW, C. The Return of the State: Globalization, State Theory, and the New Imperialism. **New Political Science**, v. 27, n. 2, p. 123–145, 2005.
- BEN-DAVID, D.; BELIKH, H. Poverty and Inequality over Time in Israel and the OECD. In: BEN-DAVID, D. (Ed.). **State of the Nation Report – Society, Economy and Policy in Israel**. Jerusalem: Taub Center for Social Policy Studies in Israel, 2013. p. 17–81.
- BEN-BASSAT, A. The Obstacle Course to a Market Economy in Israel. In: BEN-BASSAT, A. (Ed.). **The Israeli Economy, 1985–1998: From Government Intervention to Market Economics**. Cambridge: MIT Press, 2002.
- BEN-PORAT, G. Netanyahu's Second Coming: A Neoconservative Policy Paradigm? **Israel Studies**, v. 10, n. 3, p. 225–245, 2005.
- BEN-PORAT, G.; YUVAL, F. Israeli Neo-Conservatism: Rise and Fall? **Israel Studies Review**, v. 22, n. 1, p. 3–25, 2007.
- CALANDRIN, K. S.; MIZRAHI, G. Plano Cruzado e Plano de Recuperação: um estudo sobre o combate à hiperinflação em Israel e no Brasil. **Boletim Historiar**, v. 9, n. 02, abr./jun. 2022.
- CASTELLS, M. **The Information Age: The Power of Identity**. Malden, MA: Blackwell Publishing, 2004.
- DAS, M.; MOHAPATRA, S. Income Inequality: The Aftermath of Stock Market Liberalization in Emerging Markets. **Journal of Empirical Finance**, v. 10, n. 1, p. 217–248, 2003.
- EGER, M.; VALDEZ, S. Neo-Nationalism in Western Europe. **European Sociological Review**, v. 31, n. 1, p. 115–130, 2015.
- FILC, D. Israel Model 2000: Neoliberal Postfordism. In: FILC, D.; RAM, U. (Eds.). **Rule of Capital: Israeli Society in the Global Age**. Jerusalem: Van Leer Institute, 2006. p. 34–56.
- GELLNER, E. **Nations and Nationalism**. Ithaca: Cornell University Press, 1983.

GINGRICH, A.; BANKS, M. **Neo-Nationalism in Europe and Beyond**: Perspectives from Social Anthropology. New York: Berghahn Books, 2006.

GUTWEIN, D. On the Contradiction between the Pioneering Ethos and Socialist Ideology in the Israeli Labor Movement. **Iyunim Betekumat Yisrael**, v. 20, p. 208–248, 2010.

HARVEY, D. **Integral Europe**: Fast-Capitalism, Multiculturalism, Neofascism. Princeton: Princeton University Press, 2000.

HARVEY, D. **A Brief History of Neoliberalism**. Oxford: Oxford University Press, 2005.

HARVEY, D. **The Enigma of Capital**: And the Crises of Capitalism. New York: Oxford University Press, 2010.

HELLEINER, E. Economic Nationalism as a Challenge to Economic Liberalism? Lessons from the 19th Century. **International Studies Quarterly**, v. 46, set. 2002, p. 307-329.

HERMAN, T. **The Israeli Democracy Index 2014**. Israel Democratic Institute, Jerusalem, 2014.

HOLMES, D. **Integral Europe**: Fast-Capitalism, Multiculturalism, Neofascism. Princeton: Princeton University Press, 2000.

ISRAEL. BASIC-LAW: ISRAEL - THE NATION STATE OF THE JEWISH PEOPLE. 2018. Disponível em: <<https://main.knesset.gov.il/EN/activity/Documents/BasicLawsPDF/BasicLawNationState.pdf>>. Acesso em: 20 jun. 2023.

KEOHANE, R.O. **After Hegemony**: Cooperation and Discord in the World Political Economy. Princeton University Press, Princeton, NJ, 2005.

KEREN, M. Israeli Professionals and the Peace Process. **Israel Affairs**, v. 1, p. 149-163, 1994.

KRAMPF, A. **The Israeli Path to Neoliberalism**: The State, Continuity and Change. Milton Park, Abingdon, Oxon & New York, NY: Routledge, 2018.

LIS, J. Netanyahu Tells Knesset: I'm Determined to Pass Jewish Nation-state Bill. Haaretz, 2014. Disponível em <<http://www.haaretz.com/israel-news/1.628644>>. Acesso em 20 jun. 2023

LOWI, T. Politics, Economics, and Justice: Toward a Politics of Globalizing Capitalism. In: LACHAPPELLE, G.; PAQUIN, S. (Eds.). **Mastering Globalization**: New Sub-States' Governance and Strategies. London: Routledge, 2005.

MAMAN, D.; ROSENHEK, Z. **The Israeli Central Bank**: Political Economy, Global Logics and Local Actors. London & New York, NY: Routledge, 2011.

MAMAN, D.; ROSENHEK, Z. The Institutional Dynamics of a Developmental State: Change and Continuity in State–Economy Relations in Israel. **Studies in Comparative International Development**, v. 47, n. 3, p. 342–363, 2012.

MARON, A.; SHALEV, M. **Neoliberalism as a State Project**: Changing the Political Economy of Israel. Oxford University Press, 2017.

MCCRONE, D. **The Sociology of Nationalism**. New York: Routledge, 1998.

NETANYAHU, B. Netanyahu Pushes to Define Israel as Nation State of Jewish People Only. The Guardian, May 4th. Disponível em <<http://www.theguardian.com/world/2014/may/04/binyamin-netanyahu-israel-jewish-state>>. Acesso em 20 jun. 2023.

NORRIS, P. **Radical Right**: Voters and Parties in the Electoral Market. New York: Cambridge University Press, 2005.

PAQUIN, S. Globalization, European Integration, and the Rise of Neo-Nationalism in Scotland. **Nationalism and Ethnic Politics**, v. 8, n. 1, p. 55–80, 2002.

PIKETTY, T. **Capital in the Twenty-First Century**. Cambridge: Belknap Press, 2014.

PIVEN, F. F. **Globalizing Capitalism and the Rise of Identity Politics**. Socialist Register, v. 31, p. 102–116, 1995.

PLANT, R. **The Neo-liberal State**. Oxford: Oxford University Press, 2010.

PRZEWORSKI, A. **Capitalism and Social Democracy**. Cambridge: University of Cambridge Press, 1985.

RAM, U. The New Gaps: Global Capitalism, Post-Fordism and Inequality. In: FILC, D.; RAM, U. (Eds.). **Rule of Capital**: Israeli Society in the Global Age. Jerusalem: Van Leer Institute, 2006.

RAM, U. **The Globalization of Israel**: McWorld in Tel Aviv, Jihad in Jerusalem. New York: Routledge, 2008.

RAZIN, A. **Israel and the World Economy**: The Power of Globalization. Cambridge, MA: MIT Press, 2018.

ROSENHEK, Z.; SHALEV, M. The Political Economy of the Social Protest. **Theory and Criticism**, v. 41, p. 45–68, 2013.

SHAFIR, G.; PELED, Y. **Being Israeli**: The Dynamics of Multiple Citizenship. Cambridge: Cambridge University Press, 2002.

SHALEV, M. Have Globalization and Liberalization ‘Normalized’ Israel’s Political Economy? **Israel Affairs**, v. 5, n. 2–3, p. 121–155, 1998.

SMITH, A. D. **Nations and Nationalism in a Global Era**. Malden, MA: Polity Press, 1995.

SMITH, A. **An Inquiry into the Nature and Causes of the Wealth of Nations**. The Glasgow Edition of the Works and Correspondence of Adam Smith 2. Liberty Classics, Indianapolis, 1981.

STIGLITZ, J. Capital Market Liberalization, Economic Growth, and Instability. **World Development**, v. 28, n. 6, p. 1075–1086, 2000.

SVIRSKI, S. Economy and Society in Times of Empire. **Iyunim**, v. 16, p. 592–549, 2006.

WEISS, L. **The Myth of the Powerless State**. Ithaca: Cornell University Press, 1998.

WOLF, P. Dichter Challenging Netanyahu ‘Initiated the Law’ Jewish Nation State. Walla!, 2015. Disponível em <<http://news.walla.co.il/item/1846848>>. Acesso em 20 de jun. de 2023.

ZILBERFARB, B. Z. From Socialism to Free Market – The Israeli Economy 1948–2003. **Israel Affairs**, v. 11, n. 1, p. 12–22, 2005.